

Em defesa da educação: derrubar o veto

Roberto Felício

Todo mundo concorda que a educação é o melhor caminho para a construção de um país mais desenvolvido social, cultural, política e economicamente. Através dela, teremos maiores chances de lograr êxito em um mundo globalizado cada vez mais competitivo.

Durante décadas, nós, educadores, temos lutado por novos instrumentos de financiamento da educação. Todos sabemos que sem verba, não teremos educação de qualidade e que de nada adiantam os "discursos" em favor da educação, se não expressarmos isso através do Orçamento Público.

Apesar dos discursos, ainda convivemos com estatísticas alarmantes, mesmo no Estado de São Paulo, onde há superlotação, fechamento de salas de aula, abandono de escolas, enfim, precariedade na educação. Cinquenta por cento dos jovens estão fora do ensino médio, e poucos, sobretudo, os da escola pública, estão no ensino superior, onde as vagas são limitadas.

O governo do Estado de São Paulo anunciou novas vagas com as ETE - Escolas Técnicas Estaduais e com as FATEC - Faculdades de Tecnologia. O governo federal, em contrapartida, tem buscado reforçar o ensino superior com a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), construção de oito novas universidades federais (inclusive a Universidade Federal do ABC, em Santo André) em apenas três anos (desde o descobrimento foram construídas 26), viabilização de quase 800 mil novas vagas no ensino superior etc.

Sensível a isso, no início do mês de julho a Assembléia Legislativa aprovou por 92 votos favoráveis e apenas um voto contrário, uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevendo um aumento geral das verbas da educação de 30% para 31%. Nesta emenda, também foi aprovada uma mudança no critério da aplicação de recursos para as universidades públicas, elevando os gastos relativamente ao ICMS para 10% e, no caso do Centro Paula Souza, ampliando

para 1% os investimentos.

Largamente comemorada, a aprovação desta emenda significou o início de uma nova perspectiva para o ensino técnico e universitário no Estado, e ainda, passou a desenhar um cenário altamente promissor: a expansão do ensino superior, de qualidade, por todo interior, visto que há, na Casa, mais de 30 pedidos de deputados, para criação de faculdades e de escolas técnicas.

Porém, para a surpresa de toda a sociedade paulista, principalmente para os milhares de estudantes, professores e funcionários da USP, Unicamp e Unesp, que seriam diretamente beneficiados com a ampliação das verbas em quase R\$ 470 milhões, o governador do Estado de São Paulo vetou a emenda, impedindo novos investimentos para a educação. Antes do veto, as universidades estaduais receberiam um acréscimo de R\$ 170 milhões em seu orçamento (de 9,57% do ICMS arrecadado anualmente para 10%). Já o Centro Paula Souza (as Faculdades de Tecnologia e as Escolas Técnicas Estaduais) receberia 1% do ICMS - quase R\$ 160 milhões.

Desde o reinício dos trabalhos legislativos, professores, funcionários e estudantes das universidades, do Centro Paula Souza e do ensino fundamental e médio, têm comparecido na Assembléia Legislativa para pressionar os parlamentares a derrubarem o veto do governador. Entretanto, ao contrário do que se poderia esperar, os deputados da base governista, que antes votaram favoravelmente à emenda, simplesmente não aparecem em plenário, esvaziando as sessões e inviabilizando, portanto, qualquer possibilidade de votação. Frustrados, os alunos, professores e funcionários não vêm tendo alternativas senão protestar e buscar a atenção da grande imprensa, tanto na Assembléia Legislativa, quanto na Avenida Paulista, palco histórico das grandes manifestações da capital, sendo muitas vezes agredidos, inclusive por bombas de gás lacrimogêneo (no último dia 09, pelo menos três pessoas foram hospitalizadas). Mas o assunto ainda está em aberto.

Todos os deputados da base do governo que se somaram à oposição, votando

favoravelmente à emenda, agora recuaram e mudaram de atitude. A pressão do Palácio dos Bandeirantes está interferindo nesta contradição dos deputados governistas?

Queremos conclamar a sociedade, em especial os educadores e estudantes, para cobrar coerência e exigir um posicionamento dos seus deputados, até mesmo por meio de debates e audiências públicas.

Roberto Felício é professor e deputado estadual (PT)